

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA			
	FICHA DE DISCIPLINA			
DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM ENGENHARIA EM ENGENHARIA AMBIENTAL II: LEGISLAÇÃO APLICADA				
PERÍODO:	CURSO: Pós-Graduação em Engenharia Química	FACULDADE DE ENG. QUÍMICA		
Código: PEQ033A	Carga Horária 60 h. a.	Créditos 4	Obrigatória ☒	Optativa ☐
REQUISITOS (Disciplinas pré ou có-requisitos, n. de créditos, outros):				
OBJETIVOS DA DISCIPLINA (Ao final do curso o aluno será capaz de:) Ao final do curso o pós-graduando deverá ser capaz de: I – ter complementado a formação técnica ordinariamente vista no curso de pós-graduação em Engenharia Química a partir de noções jurídicas básicas sobre a legislação pátria acerca das relações jurídicas a serem estabelecidas durante sua atuação profissional; II – compreender a aplicação da legislação, jurisprudência, doutrina, princípios gerais e outras fontes do Direito a temas correlatos a sua futura atuação profissional em Engenharia, tais como gestão de pessoas e bens, relação de trabalho (pública ou privada), exigibilidade/defesa de direitos e proteção do Meio Ambiente; III - conscientizar-se da importância da legislação nas suas relações profissionais e pessoais, pautando-se pela ética e pela função social que a Engenharia e o Direito desempenham na sociedade brasileira; Especificadamente, ao final do curso o pós-graduando deverá ter noções gerais sobre: I – os principais ditames jurídicos que o Código Civil define em sua Parte de Geral a respeito das relações jurídicas privadas presentes na atuação profissional do engenheiro; II – as principais normas que regem os contratos para ter condições de celebrá-los adequadamente; III – as principais normas que regem o Direito das Empresas; IV – as principais normas que regem as Relações Trabalhistas; V – as principais normas que regem a Proteção do Meio Ambiente; VI – algumas legislações específicas, aplicáveis em seu atuar profissional.				
EMENTA DO PROGRAMA: A atuação dos profissionais de Engenharia não se limita tão somente a questões de ordem técnica. Numa instituição, seja ela pública ou privada, o engenheiro, mediata ou imediatamente, será também responsável pela gestão de bens, serviços, pessoas e meio ambiente, a qual se regula mediante a aplicação direta de normas jurídicas. Esta disciplina aborda conteúdos básicos de Direito Civil correlatos à parte geral do Código Civil (personalidade, bens, fatos jurídicos, prescrição e decadência) e também à parte especial, especificamente sobre Direito das Obrigações, Contratos, Responsabilidade Civil e Empresa. No seu escopo, contempla ainda, uma análise sobre as principais normas de incidência no Direito do Trabalho e no Direito Ambiental (natural, artificial e cultural). Juntamente com o conteúdo anterior, esta disciplina faz uma abordagem de algumas leis especiais que certamente exercerão influência direta na atuação profissional do pós-graduando egresso.				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, A.M. **Curso de Direito do Trabalho**. 3.ed. São Paulo: LTr, 2007, 1368 p.

DINIZ, M.H. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral do Direito Civil**. 24.ed. São Paulo: Saraiva, vol. 1, 2007.

FIORILLO, C.A.P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2007, 554 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, F.U. **Curso de Direito Comercial**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DELGADO, M.G. **Curso de Direito do Trabalho**. 6.ed. São Paulo: LTr, 2007. 1478 p.

DINIZ, M.H. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. 21.ed. São Paulo: Saraiva, vol. 7, 2007, 582 p.

DINIZ, M.H. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais**. 23.ed. São Paulo: Saraiva, vol. 3, 2007, 821.

DINIZ, M.H. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações**. 22.ed. São Paulo: Saraiva, vol. 2, 2007.

GONÇALVES, C.R. **Direito Civil Brasileiro: Contratos**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, vol. 3, 2007.

GONÇALVES, C.R. **Direito Civil Brasileiro: Obrigações**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, vol. 2, 2007.

GONÇALVES, C.R. **Direito Civil Brasileiro: Parte Geral**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, vol. 1, 2007.

GONÇALVES, C.R. **Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, vol. 4, 2007.

MACHADO, P.A.L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 15.ed. Ed. São Paulo: Malheiros, 2007, 1094.

MAMEDE, G. **Empresa e Atuação Empresarial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007, 394.

MARTINS, S. P. **Fundamentos Jurídicos: Direito do Trabalho**. 23.ed. São Paulo: Atlas, 2007, 206 p.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, 1280 p.

VENOSA, S.S. **Direito Civil: Parte Geral**. 7.ed. São Paulo: Atlas, vol. 1, 2007, 688 p.

VENOSA, S.S. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 7.ed. São Paulo: Atlas, vol. 4, 2007, 250 p.

DATA 24 / 09 /2009


Universidade Federal de Uberlândia
Profª Drª Carla Eponina Hori
Coordenadora do PPGEQ/UFU

DATA 24 / 09 /2009



DESCRIÇÃO DO PROGRAMA:

I – ESTUDO DE INTRODUÇÃO AO DIREITO PARA ENGENHEIROS

1.1 - Divisão de Poderes

1.2 - Princípio, Norma e Lei

1.3 - Constituição Federal, Emendas Constitucionais, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Lei Delegadas, Medidas Provisórias, Decretos Legislativos e Resoluções

1.4 - Lei, Doutrina e Jurisprudência

1.5- Direito Objetivo, Direito Subjetivo, Direito Público, Direito Privado, Direito Constitucionalizado, Direito Metaindividual

1.6 – Órgãos Essenciais da Justiça

1.7 - Poder Judiciário (estrutura e Princípios)

1.8 - Jurisdição, Competência, Ação, Processo e Autos

II – NOÇÕES DE DIREITO CIVIL APLICADAS À ENGENHARIA

2.1 – Pessoas Naturais (personalidade, capacidade, direitos, ausência, curadoria de bens, sucessão provisória e definitiva, domicílio)

2.2 – Pessoas Jurídicas (disposições gerais, associações e fundações, domicílio)

2.3 – Bens (considerados em si mesmos, imóveis, móveis, fungíveis e consumíveis, divisíveis, singulares e coletivos, reciprocamente considerados, públicos)

2.4 – Negócio Jurídico (disposições gerais, representação, condição-termo-encargo, defeitos: erro ou ignorância, dolo, coação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores, invalidade)

2.5 – Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos

2.6 – Prescrição e Decadência (disposições gerais, causas que suspendem ou interrompem a prescrição, prazos prescricionais)

III – NOÇÕES DE DIREITO DAS OBRIGAÇÕES, CONTRATOS E RESPONSABILIDADE CIVIL APLICADAS À ENGENHARIA

3.1 – Modalidades das Obrigações (obrigações de dar, fazer, não-fazer, alternativas, divisíveis, indivisíveis e solidárias);

3.2 – Transmissão das Obrigações (cessão de crédito e assunção da dívida)

3.3 – Adimplemento e Extinção das Obrigações (pagamento: quem deve pagar, quem se deve pagar, objeto e prova, lugar e tempo; consignação, sub-rogação, imputação, dação, novação, compensação, confusão e remissão das dívidas)

3.4 – Inadimplemento das Obrigações (mora, perdas e danos, juros legais, cláusula penal e arras)

3.5 – Disposições Gerais sobre os Contratos (fase preliminar, formação, estipulação em favor de terceiro, promessa por fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, contratos preliminares, contrato com pessoas a declarar, extinção dos contratos, distrato, cláusula resolutiva, exceção de contrato não cumprido, onerosidade excessiva)

3.6 – Espécies de Contrato no Direito Brasileiro (compra e venda e cláusulas especiais, troca ou permuta, contrato estimatório, doação, locação de coisas, empréstimo: comodato e mútuo, prestação de serviços, empreitada, depósito, mandato, comissão, agência e distribuição, corretagem, transporte, seguro, constituição de renda, jogo e aposta, fiança, transação, compromisso)

3.7 – Atos Unilaterais (promessa de recompensa, gestão de negócios, pagamento indevido e enriquecimento sem causa);

3.8 – Responsabilidade Civil (obrigação de indenizar e indenização, responsabilidade objetiva e subjetiva, de fim e de meio)

3.9 – Preferências e Privilégios Creditórios

IV – NOÇÕES DE DIREITO EMPRESARIAL APLICADAS À ENGENHARIA

4.1 – Empresário (caracterização, inscrição e capacidade)

4.2 – Sociedades não personificadas (sociedade em comum e em conta de participação)

4.3 – Sociedades personificadas (sociedade simples, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade limitada, sociedade anônima, sociedade em comandita por ações, sociedade cooperativa, sociedade coligadas, sociedades dependentes de autorização)

4.4 – Estabelecimento (registro, nome empresarial, prepostos, escrituração)

4.5 – Liquidação, Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão das Sociedades

4.6 – Títulos de Crédito (título ao portador, título à ordem, título nominativos, endosso, notas promissórias, cheques, duplicatas)

V – NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO APLICADAS À ENGENHARIA

5.1 – Princípios do Direito do Trabalho

5.2 – Relação de Trabalho e Relação de Emprego

5.3 – Requisitos do Contrato de Trabalho (pessoalidade, subordinação, continuidade e remuneração)

5.4 – Empregado e Empregador (direitos e deveres, poder diretivo, regulamentar, fiscalizador, restrições, assédio moral)

5.5 – Contrato de Emprego (contrato por prazo indeterminado, contratos a termo certo, contratos de experiência, relação trabalhista e prestação de serviços, responsabilidade pré-Contratual, considerações sobre trabalho voluntário, terceirização lícita e ilícita, responsabilidades)

5.6 – Invalidade do Contrato de Emprego

5.7 – Principais Direitos Trabalhistas (jornada de trabalho, horas extraordinárias, repouso semanal remunerado, férias, remuneração, recolhimentos, participações nos lucros, forma de pagamento, equiparação salarial e desvio de função, estabilidade e garantias, dispensa por justa e sem justa causa)

5.8 – Alteração, Interrupção, Suspensão e Resolução do Contrato de Trabalho (obrigações decorrentes)

5.9 – Prescrição/Decadência dos Direitos Trabalhistas e Justiça do Trabalho

5.10 – Assédio Moral

VI – NOÇÕES DE DIREITO AMBIENTAL APLICADAS À ENGENHARIA

6.1 – Classificação do meio ambiente (natural, artificial, cultural e trabalhista)

6.2 – Princípios Ambientais na Constituição Federal (desenvolvimento sustentável, poluidor-pagador, prevenção, participação, ubiquidade)

6.3 – Características dos Bens Ambientais

6.4 – Licenciamento Ambiental e Estudo Prévio de Impacto Ambiental

6.5 – Aspectos Jurídicos sobre Poluição (hídrica, atmosférica, do solo, sonora, visual, nuclear, genética)

6.6 – Meios Processuais de Defesa do Meio Ambiente (ação civil pública, ação popular, mandado de segurança, mandado de injunção)

6.7 - Responsabilidades por danos causados ao meio ambiente (civil, administrativa e penal)

6.8 – Responsabilidades dos profissionais de engenharia em matéria ambiental.

VII – LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR À ATUAÇÃO DOS ENGENHEIROS

Ação Popular (Lei 4.717 de 29 de junho de 1965)

Ação Civil Pública (Lei 7.347 de 24 de julho de 1985)

Impenhorabilidade dos Bens de Família (Lei nº 8.009 de 29 de março de 1990)

Código do Consumidor (Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990)

Locação de Imóveis Urbanos (Lei nº 8.245 de 18 de outubro de 1991)

Biossegurança (Lei nº 8.794 de 5 de janeiro de 1995)

Arbitragem (Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996)

Crimes Ambientais (Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998)

Propriedade Industrial (Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996 – Institui a Propriedade Industrial, Lei nº 10.196 de 14 de fevereiro de 2001 – altera a Lei da Propriedade Industrial e Decreto nº 2.553 de 16 de abril de 1998 – regulamenta direitos e obrigações relativos à propriedade industrial)

Portadores de Deficiência (Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000)

Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001)

Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995 (âmbito estadual) e Lei nº 10.259 de 12 de julho de 2001 - âmbito federal)

Direitos Autorais (Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 – lei sobre direitos autorais, Decreto nº 4.533 de 19 de dezembro de 2002 – regulamenta a Lei dos Direitos Autorais)

Recuperação de Empresas e Falência (Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005)

Legislação correlata ao CRE

Legislação correlata ao CRQ